



AZ@BXL

Número: 196

Data: 2021.10.08

No título: Neptuno, Horta, Ilha do Faial. 15 de fevereiro de 1986.

Fotografia de: José Henrique Azevedo

Destaques:

[Semana Europeia das Regiões e Cidades](#)

[Consulta pública sobre "Proteção do meio marinho"](#)

[Novo centro para a formulação de políticas com os cidadãos, para os cidadãos](#)

[Fórum de captura, utilização e armazenamento de carbono](#)

[Conferência "Do Prado ao Prato"](#)



11 de outubro



Semana Europeia das Regiões e Cidades

A 19.ª edição da Semana Europeia das Regiões e Cidades [realiza-se](#) de 11 a 14 de outubro de 2021. O evento é totalmente digital. A agenda apresenta mais de 300 sessões e atividades de networking online. A edição deste ano concentra-se em quatro tópicos: Transição Verde; Coesão; Transição digital; Comprometimento dos cidadãos.



Fórum de captura, utilização e armazenamento de carbono

A Comissão Europeia está a [organizar](#) o primeiro fórum de alto nível para envolver e facilitar as discussões sobre captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS). O fórum é projetado para envolver todas as partes interessadas relevantes, representantes das instituições da UE e países da UE para facilitar a implantação de tecnologias CCUS. O lançamento do fórum terá lugar na presença do Vice-Presidente Executivo da Comissão, Frans Timmermans, e da Comissária Europeia para a Energia Kadri Simson. Fechar a lacuna para a neutralidade climática até 2050 exigirá soluções inovadoras para capturar CO2 e armazená-lo de forma duradoura nos ecossistemas, reservatórios geológicos ou produtos. Soluções tecnológicas, como a combinação de bioenergia ou CO2 capturado diretamente pelo ar com CCUS, têm o potencial de remover várias centenas de milhões de toneladas de CO2 por ano.

11 e 12 de outubro



Conselho de Agricultura e Pescas

Os ministros da agricultura e pescas da UE reunir-se-ão no Luxemburgo para debater uma série de assuntos nos domínios das pescas e da agricultura.

Destaques da agenda: troca de pontos de vista sobre a próxima reunião anual da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA), que terá lugar de 15 a 23 de novembro; uma troca de pontos de vista sobre a preparação dos planos estratégicos exigidos ao abrigo da nova política agrícola comum para o período 2023-2027; e, um debate sobre o pacote Objetivo 55, que foi apresentado pela Comissão Europeia em julho de 2021. Os ministros debaterão, em particular, o contributo dos setores da agricultura e da silvicultura para os objetivos estabelecidos no pacote.

Poderá seguir a [ordem dos trabalhos](#) e a sua respetiva [transmissão online](#).

12 de outubro



Workshop: Juntos na recuperação da aviação - inovação do Green Deal nas regiões, cidades e aeroportos da UE

A aviação [está](#) no cruzamento da tripla transição da UE - recuperação verde, digital e resiliente. Uma aviação mais ecológica deve restaurar a liberdade de circulação fundamental para os cidadãos e mercadorias em todas as regiões da UE, considerando o impacto devastador que a pandemia teve no ecossistema da aviação europeia. A investigação e a inovação serão a pedra angular não só de uma aviação mais ecológica, como no alinhamento dos investimentos e instalações da UE, nacionais, regionais e locais para a investigação e inovação, que será fundamental para cumprir este objetivo. A UE é líder mundial no setor da aeronáutica e no desenvolvimento de tecnologias de classe mundial. O desenvolvimento de competências a nível regional é uma boa forma de impulsionar o crescimento e o emprego.

13 e 14 de outubro



Escrita clara para a Europa 2021

‘Escrita clara para a Europa’ [será](#) uma oportunidade para trocar ideias sobre formas de comunicar mais claras por escrito com os cidadãos da Europa, para partilhar experiências e para aprender sobre o trabalho das instituições da UE nesta área. A conferência acontecerá de 13 a 14 de outubro de 2021. Será uma oportunidade para: aumentar a conscientização sobre a importância e os benefícios da escrita clara e enfatizar a necessidade de uma linguagem clara e inclusiva, promover a cooperação, melhorar o compartilhamento de conhecimento e trocar melhores práticas. A conferência é organizada pela Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia.

13 e 14 de outubro



Seminário de alto nível sobre comércio eletrónico: o caminho a seguir

O [seminário](#) aduaneiro de alto nível é um evento tradicional organizado pela Presidência da UE em conjunto com a Comissão Europeia no âmbito do programa aduaneiro. O tema do seminário deste ano, com a presença dos chefes das administrações

aduaneiras da UE, países dos Balcãs Ocidentais e da Turquia, é o comércio eletrónico. O seminário oferecerá um fórum para discutir uma abordagem comum e coordenada para os vários desafios e ameaças colocados pelo comércio eletrónico.

14 de outubro



Videoconferência informal de ministros das telecomunicações

Os ministros das telecomunicações da UE irão realizar um debate político sobre a proposta de Lei de Inteligência Artificial, com enfoque no seu desenho regulatório e nos desafios da sua implementação efetiva. A Comissão Europeia apresentou o projeto de regulamento sobre inteligência artificial em abril de 2021. É um elemento-chave na política da UE para promover o desenvolvimento e a adoção em todo o mercado único de inteligência artificial segura e lícita que respeite os direitos fundamentais. Poderá seguir em [direto a transmissão desta videoconferência](#).

14 e 15 de outubro



Conferência “Do Prado ao Prato” – Construir, em conjunto, sistemas alimentares sustentáveis

[Construir](#) sistemas alimentares sustentáveis em conjunto “é um encontro anual de partes europeias interessadas em ajudar a definir o caminho da UE para sistemas alimentares sustentáveis”. As partes interessadas em toda a cadeia de valor alimentar, autoridades públicas, organizações internacionais e da sociedade civil, bem como outros cidadãos e o público interessado são convidados a participar no debate todos os anos e contribuir para um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente. O evento também proporciona um fórum de discussão sobre os desafios e oportunidades associados à transição para sistemas alimentares sustentáveis, bem como sobre possíveis outras áreas de intervenção.

15 de outubro



Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (Emprego e política social)

Os [Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais](#) irão debater o futuro do Semestre Europeu e a saúde e segurança no contexto do futuro do trabalho. Prevê-se também que adotem uma decisão do Conselho sobre as orientações para as políticas de emprego e conclusões sobre a integração da perspetiva de género no orçamento da UE

21 de outubro



Consulta pública sobre "Proteção do meio marinho – revisão da legislação europeia (proposta de Diretiva)"

Nos termos da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, os países da UE [devem](#) desenvolver estratégias para alcançar um «bom estado ambiental» com vista a assegurar mares limpos, saudáveis e produtivos até 2020. Esta iniciativa visa analisar os resultados e as lacunas da diretiva, estudar possibilidades de melhoria e propor eventuais alterações. O período de consulta pública termina a 21 de outubro. A adoção pela Comissão Europeia da proposta está prevista para o primeiro trimestre de 2023.

25 -29 de outubro



Semana da Energia Sustentável da UE (EUSEW) 2021

A Semana da Energia Sustentável da UE (EUSEW) [terá](#) lugar de 25 a 29 de outubro de 2021 sob o tema ‘Rumo a 2030: Reformulação do sistema energético europeu’. No ano passado, o EUSEW tornou-se totalmente digital e este ano poderá encontrar-se online mais uma vez. O evento incluirá uma conferência de política digital de 3 dias, os EUSEW Awards, o 2º Dia Europeu da Energia e da Juventude, bem como várias atividades de networking. Os participantes também terão acesso a eventos paralelos online e Energy Days, eventos digitais que ocorrem em toda a Europa.



Abertura de fase de submissão de comentários

Na sequência da apresentação do pacote legislativo "Objetivo 55 (*Fit for 55*)", adotado pela Comissão Europeia no passado dia 14 de julho, esta decidiu abrir um período de submissão de comentários. A Comissão refere que o «Pacto Ecológico Europeu estabelece o objetivo de a UE se tornar o primeiro continente com um impacto neutro no clima até 2050, isto é, da sua economia produzir emissões líquidas nulas de gases de efeito de estufa. Nessa ótica, a Comissão está a rever todas as políticas relevantes, incluindo a regulamentação relativa ao uso do solo, à alteração do uso do solo e à silvicultura. O objetivo é aumentar os esforços do setor para reduzir as emissões, assegurar e reforçar a captação de dióxido de carbono. Neste sentido, a fase de submissão de comentários está dividida em nove temas:

- ❖ Uso do solo, alteração do uso do solo e silvicultura – revisão da legislação europeia;
- ❖ Mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras;
- ❖ Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (revisão geral) — reforço do mecanismo de estabilização do mercado (reserva de estabilização do mercado);
- ❖ Objetivos nacionais em matéria de redução das emissões (Regulamento Partilha de Esforços) – revisão com base no plano para 2030 relativo ao clima;
- ❖ Alterações climáticas – atualização do regime de comércio de licenças de emissão da União Europeia (RCLE);
- ❖ Pacto Ecológico Europeu – Revisão da Diretiva Tributação da Energia;
- ❖ Diretiva da UE relativa à eficiência energética (DEE) – avaliação e revisão;
- ❖ Emissões de CO2 provenientes do transporte marítimo — incentivar a utilização de combustíveis hipocarbónicos.



Agricultura

Comissão adota medidas excecionais de apoio aos setores do vinho e da fruta e produtos hortícolas

As medidas adotadas para o setor vitivinícola incluem apoios adicionais para os instrumentos de gestão de riscos, nomeadamente seguros de colheitas e fundos mutualistas, assim como o alargamento, até 15 de outubro de 2022, do período de vigência das medidas de flexibilidade já em vigor. No setor da fruta e produtos hortícolas, o apoio às organizações de produtores – normalmente calculado com base no valor da produção – será compensado de modo a não ser inferior a 85 % do valor correspondente ao ano anterior.

Setores agrícolas sofrem impacto por aumento dos preços de bens essenciais

O setor agroalimentar da UE está a ser confrontado com o aumento dos preços de bens essenciais, principalmente devido à recuperação das economias da UE, dos EUA e da China. O aumento dos preços da energia e transporte e as consequências da disseminação da variante COVID-19 Delta, em particular na Ásia, estão a ter um impacto perturbador nas cadeias de abastecimento, em todo o mundo. Neste contexto de tensões, a edição do outono de 2021 do relatório de perspetivas de curto prazo, publicado a 8 de outubro de 2021 pela Comissão Europeia, apresenta uma panorâmica detalhada das últimas tendências e futuras perspetivas para cada um dos setores agroalimentares abrangidos.



Ambiente

Emissões líquidas de carbono zero até 2050

A 77ª Reunião Geral Anual da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) aprovou uma resolução para a indústria global de transporte aéreo atingir emissões líquidas de carbono zero até 2050. Este compromisso alinha-se com a meta do Acordo de Paris de que o aquecimento global não exceda 1,5 ° C. “As companhias aéreas mundiais tomaram uma decisão importante para garantir que voar seja sustentável. A reconexão pós-COVID-19 estará num caminho claro em direção ao zero líquido. Esta trajetória garantirá a liberdade das gerações futuras de explorar, aprender, negociar, construir mercados,

valorizar culturas e conectar-se com pessoas de todo o mundo de forma sustentável. Com os esforços coletivos de toda a cadeia de valor e políticas governamentais de apoio, a aviação alcançará emissões líquidas zero até 2050”, disse Willie Walsh, Diretor Geral da IATA. Alcançar emissões líquidas zero será um grande desafio. A indústria da aviação deve reduzir progressivamente suas emissões e, ao mesmo tempo, acomodar a procura crescente de um mundo desejoso por voar. Para poder atender às necessidades dos dez mil milhões de pessoas que devem voar em 2050, pelo menos 1,8 gigatonelada de carbono deve ser abatida naquele ano. Além disso, o compromisso líquido zero implica que um total acumulado de 21,2 gigatoneladas de carbono será reduzido até 2050. Um facilitador imediato chave é o Esquema de Compensação e Redução de Carbono da Organização de Aviação Civil Internacional (ICAO) para a Aviação Internacional (CORSIA). O esquema estabilizará as emissões internacionais nos níveis de 2019 a curto e a médio prazo.

Transporte

Parlamento Europeu apela a medidas para prevenir acidentes rodoviários na UE

O Parlamento Europeu [propõe](#) um limite de velocidade de 30 km/h em zonas residenciais e com muitos ciclistas, vias mais seguras e tolerância zero para a condução sob o efeito do álcool. Cerca de 22.700 pessoas continuam a morrer anualmente nas estradas da UE e cerca de 120.000 ficam gravemente feridas, nota um relatório do PE sobre segurança rodoviária, aprovado com 615 votos a favor, 24 contra e 48 abstenções. “O objetivo de reduzir para metade o número de mortes na estrada entre 2010 e 2020 não foi cumprido”, lamenta a assembleia europeia, propondo uma série de medidas para aumentar a segurança rodoviária na UE, tais como uma velocidade máxima de 30 km/h em zonas residenciais e zonas com um elevado número de ciclistas e peões, investimentos em estradas e infraestruturas mais seguras, bem como um quadro que preveja tolerância zero para a condução sob o efeito do álcool. O número de vítimas mortais nas estradas europeias diminuiu 36% na última década, abaixo do objetivo de 50% fixado pela UE. Só a Grécia (54%) excedeu o objetivo, seguida pela Croácia (44%), Espanha (44%), Portugal (43%), Itália (42%) e Eslovénia (42%), de acordo com dados divulgados em abril. Em 2020, as estradas mais seguras continuaram a ser as da Suécia (18 vítimas mortais por milhão de habitantes), enquanto a Roménia (85/milhão) registou a taxa mais elevada de mortes na estrada. A média da UE foi de 42/milhão em 2020, encontrando-se Portugal acima da média europeia, com 52/milhão.

O PE insta a Comissão a apresentar uma recomendação aos Estados-Membros para que apliquem limites de velocidade seguros para todos os tipos de estrada, tais como uma velocidade máxima de 30 km/h em zonas residenciais e zonas com um elevado número de ciclistas e peões. O excesso de velocidade é um fator determinante em cerca de 30% dos acidentes rodoviários mortais, salienta o relatório.

Os eurodeputados instam também a Comissão a atualizar as suas recomendações sobre os níveis máximos de álcool no sangue e a incluir nas mesmas um “quadro que preveja tolerância zero quanto aos limites para a condução sob o efeito do álcool”. Estima-se que o álcool cause cerca de 25% do número total de vítimas mortais de acidentes rodoviários. Esta instituição considera que se deve ponderar, a nível europeu, a introdução de um requisito de equipar os dispositivos móveis e eletrónicos dos condutores com um “modo de condução seguro” para reduzir as distrações durante a condução. A assembleia europeia propõe ainda que os Estados-Membros prevejam incentivos fiscais e que as seguradoras privadas ofereçam regimes de seguro automóvel atrativos para a compra e utilização de veículos com as mais elevadas normas de segurança.

Empresas

Preços da Energia: Parlamento Europeu quer mitigar impacto nos consumidores e nas empresas

Os eurodeputados [instaram](#) a Comissão e os Estados-Membros da UE a encontrarem em conjunto soluções para dar resposta à escalada dos preços da energia. No debate realizado no Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo, a comissária europeia da Energia, Kadri Simson, disse que a UE deve agir de forma célere e coordenada para fazer face à crise dos preços da energia, destacando alguns dos instrumentos a que os Estados-Membros podem já recorrer para apoiar as famílias vulneráveis e as PME. A Comissão Europeia irá também propor, antes do final do ano, uma reforma do mercado do gás para o tornar mais resiliente ao aumento dos preços, avançou. Vários eurodeputados apelaram a uma investigação sobre a manipulação do mercado por parte de atores estatais e não estatais, sobre a especulação no mercado de carbono da UE e respetivo impacto nos preços da energia. Muitos parlamentares insistiram que é necessário adotar medidas imediatas para proteger os mais vulneráveis do aumento das faturas e combater a pobreza energética, bem como aumentar a eficiência energética e a utilização de energia de fontes renováveis. Outras soluções mencionadas durante o debate foram o aumento da capacidade de armazenamento de gás, a criação de programas conjuntos de compra de gás, replicando o modelo utilizado para a compra de vacinas contra a COVID-19, e a utilização do Pacto Ecológico Europeu como uma oportunidade para melhorar a segurança e a independência energéticas. Alguns eurodeputados afirmaram que esta crise é o resultado de uma abordagem baseada no mercado e da ação de especuladores, propondo limites aos preços da energia.



Dia Mundial do Professor: Comissão lança ferramenta para prestar apoio aos professores do ensino primário e secundário na utilização das tecnologias digitais

Para assinalar o Dia Mundial do Professor, a Comissão [lançou](#) uma nova ferramenta em linha que ajuda os professores a refletirem sobre a forma como utilizam as tecnologias digitais nas suas atividades de ensino. Através de uma série de perguntas, a ferramenta «SELFIEforTEACHERS» pode ajudá-los a avaliar o seu nível de competências digitais e a identificar as áreas em que necessitam de mais formação e apoio. A ferramenta foi oficialmente lançada em Liubliana pela Comissária responsável pela Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Mariya Gabriel, e pela ministra eslovena da Educação, Ciência e Desporto, Simona Kustec. Financiada pelo programa Erasmus+, a SELFIEforTEACHERS foi desenvolvida pela Comissão em cooperação com os ministérios da educação e peritos de toda a Europa. A SELFIEforTEACHERS baseia-se no Quadro Europeu para as Competências Digitais dos Educadores, que estabelece as várias competências digitais, cada vez mais necessárias para os educadores. O quadro define 22 competências em seis domínios, divididos em seis níveis de proficiência, que vão de principiante a pioneiro. A SELFIEforTEACHERS é uma das 13 ações do [Plano de Ação para a Educação Digital](#), que visa apoiar os sistemas educativos na Europa na sua adaptação à transição digital. Um dos principais objetivos do plano de ação é apoiar a utilização eficaz da tecnologia no ensino e na aprendizagem. Para isso, é fundamental capacitar os educadores para utilizarem a tecnologia na docência. A nova ferramenta pode ser utilizada em combinação com a ferramenta SELFIE para realizar o planeamento digital de toda a escola. A SELFIE – que, desde o seu lançamento há três anos, já foi utilizada por mais de 1,7 milhões de utilizadores, em mais de 13 mil escolas, de 82 países – centra-se na escola no seu todo. A nova ferramenta SELFIEforTEACHERS permite analisar com mais profundidade o nível de competências digitais do pessoal. Os resultados podem ser utilizados para identificar e definir as áreas prioritárias onde são necessários mais formação e apoio.



Comirnaty e Spikevax: recomendações da EMA sobre doses extras e reforços

O comité de medicamentos humanos da EMA (CHMP) [concluiu](#) que uma dose extra das vacinas COVID-19 Comirnaty (BioNTech / Pfizer) e Spikevax (Moderna) pode ser administrada a pessoas com sistema imunológico gravemente enfraquecido, pelo menos 28 dias após a segunda dose. A recomendação vem no seguimento de estudos que mostraram que uma dose extra dessas vacinas aumentou a capacidade de produzir anticorpos contra o vírus que causa COVID-19 em pacientes que procederam a transplantes e com um sistema imunitário enfraquecido. Embora não haja evidência direta de que a capacidade de produzir anticorpos nesses pacientes os proteja contra COVID-19, espera-se que a dose extra aumente a proteção pelo menos em alguns pacientes. A EMA continuará a monitorizar todos os dados que surgirem sobre sua eficácia. É importante distinguir entre a dose extra para pessoas com sistema imunitário enfraquecido e as doses de reforço para pessoas com sistema imunitário normal. Para este último, o CHMP avaliou os dados do Comirnaty que mostram um aumento nos níveis de anticorpos quando uma dose de reforço é administrada aproximadamente 6 meses após a segunda dose em pessoas dos 18 aos 55 anos de idade. Com base nestes dados, o Comité concluiu que as doses de reforço podem ser consideradas pelo menos 6 meses após a segunda dose para pessoas com 18 anos ou mais. A nível nacional, os organismos de saúde pública podem emitir recomendações oficiais sobre a utilização de doses de reforço, tendo em conta os dados de eficácia emergentes e os dados de segurança limitados. O risco de doenças cardíacas inflamatórias ou outros efeitos colaterais muito raros após um reforço não é conhecido e está a ser monitorizado cuidadosamente. À semelhança do que acontece com todos os medicamentos, a EMA continuará a analisar todos os dados sobre a segurança e eficácia da vacina.



Fiscalidade: Anguila, Domínica e Seicheles removidas da lista da UE de jurisdições não cooperantes

Nas conclusões [aprovadas](#), o Conselho decidiu retirar Anguila, Domínica e Seicheles da lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais. As três jurisdições tinham sido anteriormente inscritas na lista porque não cumpriam os critérios de transparência fiscal da UE que exigem uma notação de, pelo menos, "amplamente conforme" do Fórum Mundial da OCDE no que diz respeito à troca de informações a pedido. A retirada da lista foi precedida pela decisão do fórum no sentido de conceder a estas jurisdições uma análise suplementar sobre esta matéria. Duas vezes por ano, o Conselho revê a sua lista de jurisdições não cooperantes e um documento de acompanhamento com o ponto da situação. Esta prática foi estabelecida em 2017 para promover a boa governação mundial em questões fiscais e informar os Estados-Membros sobre quais as jurisdições não pertencentes à UE que praticam práticas fiscais abusivas. Os Estados-Membros podem depois recorrer

a medidas defensivas para proteger as suas receitas fiscais e combater a fraude, a evasão e os abusos fiscais. Os critérios de inclusão na lista estão em conformidade com as normas fiscais internacionais e centram-se na transparência fiscal, na justiça fiscal e na prevenção da erosão da base tributável e da transferência de lucros. O Conselho estabelece um diálogo com os países que não cumprem estes critérios, acompanha os seus progressos e procede à revisão e atualização regulares desta lista.



Uso de inteligência artificial pela polícia: eurodeputados opõem-se à vigilância em massa

Para [combater](#) a discriminação e garantir o direito à privacidade, os deputados exigem fortes salvaguardas quando são utilizadas ferramentas de inteligência artificial na aplicação da lei. Numa resolução adotada, os eurodeputados apontam para o risco de soslaio algorítmico em aplicações de IA e enfatizam que a supervisão humana e fortes poderes legais são necessários para prevenir a discriminação por IA, especialmente em uma aplicação da lei ou fronteira -crossing context. Os operadores humanos devem sempre tomar as decisões finais e os assuntos monitorizados por sistemas alimentados por IA devem ter acesso ao remédio, dizem os eurodeputados.

De acordo com o texto, os sistemas de identificação baseados em IA já identificam erroneamente grupos étnicos minoritários, pessoas LGBTI, idosos e mulheres em taxas mais elevadas, o que é particularmente preocupante no contexto da aplicação da lei e do judiciário. Para garantir que os direitos fundamentais sejam respeitados ao usar essas tecnologias, os algoritmos devem ser transparentes, rastreáveis e suficientemente documentados, afirmam os eurodeputados. Sempre que possível, as autoridades públicas devem usar software de código aberto para serem mais transparentes. Para respeitar a privacidade e a dignidade humana, os eurodeputados pedem a proibição permanente do reconhecimento automático de indivíduos em espaços públicos, salientando que os cidadãos apenas devem ser monitorizados quando suspeitos de um crime. O Parlamento pede que o uso de bancos de dados privados de reconhecimento facial (como o sistema Clearview AI, que já está em uso) e o policiamento preditivo baseado em dados comportamentais seja proibido. Os eurodeputados também querem proibir os sistemas de pontuação social, que tentam avaliar a fiabilidade dos cidadãos com base no seu comportamento ou personalidade. Por último, o Parlamento está preocupado com a utilização de dados biométricos para identificar pessoas à distância. Por exemplo, os portões de controle de fronteira que usam o reconhecimento automático e o projeto iBorderCtrl (um "sistema inteligente de deteção de mentiras" para a entrada de viajantes na UE) devem ser descontinuados, dizem os eurodeputados, que exortam a Comissão a abrir processos de infração contra os Estados-Membros, se necessário .

Infraestrutura energética: Parlamento pronto para iniciar negociações sobre regras aplicáveis a novos projetos

O PE deu luz verde às [regras](#) de seleção de projetos de energia que podem ser financiados pela UE para apoiar infraestruturas energéticas transfronteiriças sustentáveis. Os eurodeputados confirmaram a sua posição sobre o projecto de legislação para actualizar os critérios e metodologia para a selecção de projectos de energia de interesse comum (PIC), tais como linhas de transporte de alta tensão, gasodutos, instalações de armazenamento de energia ou redes de energia inteligentes, que beneficiariam de procedimentos administrativos acelerados e ser elegíveis para receber fundos da UE. Uma vez que não houve pedido de votação sobre o relatório da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia votado em 28 de setembro, este mandato é formalmente adotado como posição de negociação do Parlamento. Os eurodeputados vão agora iniciar conversações com o Conselho para determinar a forma final da legislação. Os ministros da energia dos estados membros concordaram com a sua posição em 11 de junho de 2021.

Pandora Papers: Eurodeputados criticam governos por falta de ambição no combate à evasão e elisão fiscais

Os deputados [expressaram](#) a sua indignação perante as revelações dos Pandora Papers, declarando que a resposta dos governos não tem estado à altura dos problemas de evasão e elisão fiscais. Num debate realizado no Parlamento Europeu (PE), poucos dias após a publicação dos Pandora Papers, os eurodeputados dirigiram fortes críticas aos Estados-Membros pela sua incapacidade de tomarem medidas robustas para combater a evasão fiscal. Apesar de se terem registado alguns progressos a nível da legislação europeia, os Estados-Membros têm feito "muito pouco" para colmatar as lacunas conhecidas há muito tempo, afirmaram os parlamentares. Vários eurodeputados consideraram uma "ironia" o facto de os ministros das Finanças terem optado por retirar países da já pouco ambiciosa lista negra de paraísos fiscais da UE na mesma semana em que foram revelados os Pandora Papers. Isto prova, segundo os mesmos, que esta lista não é adequada e que o processo para a inclusão ou retirada de países precisa de ser urgentemente atualizado, como já pedido pelo Parlamento Europeu. Os parlamentares salientaram também a urgência de concluir um acordo internacional sobre a tributação das empresas e de transpor rapidamente esse acordo para a legislação da UE. Muitos dos eurodeputados aludiram também ao conflito de interesses de alguns políticos mencionados nos Pandora Papers, incluindo ministros e chefes de Estado da UE, que têm um lugar na mesa das reuniões destinadas a fazer avançar a agenda relativa ao combate à evasão e elisão fiscais.



UE procura tornar o compartilhamento de dados mais fácil: Conselho chega a acordo sobre um mandato de negociação para a proposta de Regulamento Governação de Dados

A UE está a [trabalhar](#) para fortalecer vários mecanismos de partilha de dados. O objetivo é promover a disponibilidade de dados que podem ser usados para alimentar aplicativos e soluções avançadas em inteligência artificial, medicina personalizada, mobilidade verde, manufatura inteligente e várias outras áreas. Os estados membros alcançaram um acordo sobre um mandato de negociação relativo à proposta de Regulamento Governação de Dados (DGA). A proposta visa criar mecanismos sólidos para facilitar a reutilização de certas categorias de dados protegidos do setor público, aumentar a confiança nos serviços de intermediação de dados e promover o altruísmo de dados em toda a UE. O Regulamento criará um mecanismo para permitir a reutilização segura de certas categorias de dados do setor público que estão sujeitos aos direitos de terceiros. Isso inclui, por exemplo, dados protegidos por direitos de propriedade intelectual, segredos comerciais e dados pessoais. Os órgãos do setor público, que permitem esse tipo de reutilização, precisarão ser tecnicamente equipados para garantir que a privacidade e a confidencialidade sejam totalmente preservadas. A este respeito, a DGA irá complementar a Diretiva de Dados Abertos de 2019, que não abrange este tipo de dados. A fim de evitar a criação de obrigações onerosas para o setor público, a posição do Conselho introduz mais flexibilidade no texto e leva em consideração as especificidades nacionais já existentes em alguns Estados-Membros.



Comissão apresenta a primeira estratégia da UE para combater o antissemitismo e promover a vida judaica

A Comissão Europeia [apresenta](#) a primeira estratégia da UE para combater o antissemitismo e promover a vida judaica. Num contexto de um aumento preocupante do antissemitismo, tanto na Europa como no resto do mundo, a estratégia define um conjunto de medidas articuladas em torno de três pilares: prevenir todas as formas de antissemitismo; proteger e promover a vida judaica; e promover a investigação, a educação e a memória do Holocausto. A estratégia propõe medidas para intensificar a cooperação com as empresas tecnológicas para reduzir o antissemitismo na Internet, proteger mais eficazmente os espaços públicos e locais de culto, estabelecer uma plataforma europeia de investigação sobre o antissemitismo contemporâneo e criar uma rede de locais onde o Holocausto foi uma realidade. Estas medidas serão reforçadas pelos esforços envidados pela UE na cena internacional para liderar a luta mundial contra o antissemitismo

Um Cartão Europeu de Deficiência para harmonizar o status em toda a UE

Mobilidade, educação, habitação e inclusão ativa na vida pública são áreas-chave em que os europeus com deficiência [beneficiariam](#) com a reforma, afirmam os deputados. A UE deveria ter uma definição comum de deficiência e introduzir um Cartão Europeu de Deficiência para reconhecer mutuamente o estatuto de deficiência em toda a UE, argumentam os eurodeputados numa resolução aprovada. Outras recomendações aprovadas pelos eurodeputados incluem assistência mais flexível com viagens de comboio e remoção de barreiras físicas e administrativas às viagens; sistemas educacionais que podem acomodar diferentes tipos de alunos e as necessidades de diferentes alunos; e fornecer moradia não institucionalizada e não segregada para cidadãos com deficiência, para que possam ser participantes ativos em sua comunidade. Para participar igualmente numa sociedade cada vez mais dependente das competências digitais, o Parlamento apela a medidas concretas, como os organismos públicos fornecerem informações em linguagem gestual, braille e texto de fácil leitura. A interpretação da língua gestual deve ser introduzida para eventos baseados na fala, e os edifícios do governo devem ser acessíveis, de acordo com os eurodeputados. Saliem também que a UE deve centrar-se mais no combate à violência (incluindo a violência com base no género) e ao assédio, de que as pessoas com deficiência são desproporcionalmente vítimas, e reduzir as disparidades de emprego entre as pessoas com deficiência e outras. O Parlamento apela também ao Conselho para que avance com uma directiva transversal anti-discriminação, atualmente lá preso.



Comissão convida à apresentação de observações sobre o projeto de proposta que agiliza a facilitação da aplicação das medidas de auxílio que promovem a transição ecológica e digital

A Comissão Europeia [convida](#) os Estados-Membros e todas as demais partes interessadas a apresentar observações sobre determinadas propostas de alteração do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC). O objetivo da revisão proposta é refletir as alterações a vários conjuntos de orientações relativas aos auxílios estatais que estão atualmente a ser revistas e continuar a facilitar o apoio público à transição ecológica e digital da UE. As novas regras ajudarão a criar as bases adequadas

para uma economia sustentável num momento de recuperação dos efeitos da pandemia de coronavírus. Os Estados-Membros e as demais partes interessadas podem responder à consulta até 8 de dezembro de 2021.

O RGIC declara compatíveis com o Tratado categorias específicas de auxílios estatais, desde que preencham determinadas condições, e isenta essas categorias do requisito de notificação e aprovação prévias pela Comissão. Isentar determinados auxílios da obrigação de notificação prévia e aprovação pela Comissão constitui uma simplificação importante, que permite aos Estados-Membros concederem rapidamente auxílios, sempre que estejam preenchidas as condições que limitam a distorção da concorrência no mercado único. É importante encontrar o justo equilíbrio entre os auxílios que beneficiam da isenção por categoria, com critérios claros para limitar potenciais distorções da concorrência, e outros auxílios estatais que têm de ser avaliados pela Comissão antes de poderem ser implementados. As regras estabelecidas no RGIC são complementares às estabelecidas nas orientações relativas aos auxílios estatais, que estabelecem as condições em que a Comissão avalia se as medidas de auxílio estatal que não beneficiam de uma isenção por categoria e, por conseguinte, têm de lhe ser notificadas, são compatíveis com o mercado único. Em conjunto, estes dois grupos de regras formam uma cartilha abrangente de regras para determinados domínios da legislação em matéria de auxílios estatais. Por conseguinte, a Comissão propõe uma série de alterações específicas ao RGIC, a fim de refletir as mudanças em vários conjuntos de orientações em matéria de auxílios estatais que estão atualmente a ser revistas (nomeadamente, as orientações relativas aos auxílios com finalidade regional, as orientações relativas ao clima, à energia e aos auxílios estatais ambientais, as orientações relativas ao financiamento de risco e o quadro para a investigação, o desenvolvimento e a inovação). O objetivo da revisão em curso destas orientações e da proposta de revisão do RGIC é promover o financiamento público que contribua para a realização das atuais prioridades da UE, nomeadamente o Pacto Ecológico e as Estratégias Industriais e Digitais Europeias, e assegurar que as regras em matéria de auxílios estatais reflitam os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos e de mercado.

Código de Conduta sobre Desinformação

O tema da desinformação continua a ocupar um lugar de [destaque](#) na agenda da Comissão. Oito novos potenciais signatários aderiram ao processo de revisão do Código de Conduta sobre Desinformação durante a última reunião da assembleia dos signatários. Manifestaram a sua disponibilidade para assumir compromissos no âmbito da versão reforçada. O código é o primeiro quadro deste tipo a nível mundial que estabelece compromissos por parte das plataformas e do setor para combater a desinformação. A revisão do Código baseia-se nas orientações da Comissão publicadas em maio, que estabelecem a forma como o código atual deve ser reforçado para dar uma resposta firme à desinformação. A lista de potenciais novos signatários inclui plataformas de vídeo em linha como Vimeo, novos tipos de redes sociais como Clubhouse e fornecedores de tecnologias de publicidade como DoubleVerify, bem como organizações que fornecem conhecimentos especializados e soluções técnicas específicas para combater a desinformação, tais como Avaaz, Globsec, Logically, NewsGuard e WhoTargetsMe. São necessários esforços adicionais substanciais para reduzir o fluxo de desinformação prejudicial, como ilustrado pelas recentes campanhas eleitorais e pelos relatórios dos signatários sobre o programa de controlo da desinformação sobre a COVID-19. O atual Código constituiu um primeiro passo positivo neste sentido, mas a avaliação da Comissão em 2020 revelou deficiências significativas. Estas incluem a aplicação incoerente e incompleta do código a nível das plataformas e dos Estados-Membros, lacunas na cobertura dos compromissos do Código, a falta de um mecanismo de controlo adequado, incluindo indicadores-chave de desempenho, a falta de compromissos em matéria de acesso aos dados das plataformas para efeitos de investigação sobre desinformação e a participação limitada das partes interessadas, em especial do setor da publicidade. A Comissão espera que os signatários sigam de perto as orientações aquando da revisão do código, a fim de garantir que este satisfaz as expectativas de criação de um sólido instrumento da UE.

A Comissão insta todas as outras partes interessadas que possam contribuir para um Código reforçado e que estejam dispostas a assumir compromissos relacionados com os serviços que prestam a manifestarem o seu interesse em se tornarem signatários de um código reforçado e a aderirem ao processo de redação o mais rapidamente possível. O presente apelo de adesão ao código dirige-se, designadamente, às plataformas estabelecidas e emergentes ativas na UE, às partes interessadas relevantes no ecossistema de publicidade em linha (por exemplo, intercâmbios de anúncios, fornecedores de tecnologias de publicidade, marcas que beneficiam de anúncios, agências de comunicação), a outros intervenientes que prestam serviços suscetíveis de serem utilizados para aproveitar economicamente a desinformação (por exemplo, serviços de pagamento eletrónico, plataformas de comércio eletrónico, financiamento colaborativo/sistemas de doação), aos serviços de mensagens privados, bem como às partes interessadas que podem contribuir com recursos ou conhecimentos especializados para o funcionamento eficaz do código. Um código reforçado deve incluir novos compromissos específicos que correspondam à dimensão e natureza dos serviços prestados pelos signatários, devendo os signatários assumir compromissos relevantes relacionados com todos os seus serviços.

Lançamento de novo centro para a formulação de políticas com os cidadãos, para os cidadãos

A Comissão [lançou](#) um centro de competência em democracia participativa e deliberativa no seu Centro Comum de Investigação (CCI). O centro de competência promoverá parcerias e fornecerá orientação, ferramentas e recursos para fortalecer o envolvimento dos cidadãos nas políticas. O aumento de assembleias de cidadãos, júris e painéis nos últimos anos na Europa demonstrou a crescente procura dos cidadãos de participarem na formulação de leis e políticas públicas e que esta participação é fundamental para construir confiança nas instituições e fortalecer a democracia como um todo. O centro de competência foi criado para ajudar as instituições e organizações da UE em toda a Europa a desenvolver as suas capacidades

de apoio a projetos e políticas de democracia participativa ou deliberativa. A ambição é que todos os formuladores de políticas comecem qualquer arquivo de política explorando como envolver os cidadãos no processo. Já está a trabalhar em vários projetos-piloto, de cidades verdes a futuras soluções de mobilidade. O centro de competências apoia a prioridade da Comissão de um novo impulso à democracia europeia. A Comissão pretende dar aos europeus um papel mais forte no processo de tomada de decisão, através de iniciativas como a Conferência sobre o Futuro da Europa e o Plano de Acção para a Democracia Europeia.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2021](#) e para [2022](#).



Em aberto

Procura emprego nas instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).

Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.

Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!

Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.

Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.

Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).

Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o Az@Brx?

O Az@Brx é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em Português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o Inglês, o Francês e o Castelhanho. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBDC – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE |

S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!